



EDITAL DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026
Processo de Administrativo nº 0000931.05.01-2026

1 – DO OBJETO:

1.1 O objeto se refere à **Contratação de empresa para fornecimento de material permanente (AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS) e material consumo (INSUMOS DIVERSOS), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA em atendimento a Proposta federal nº 36000744613202600, conforme Termo de Referência.**

1.2 O objeto abrangerá as especificidades conforme descritas no Anexo I – Termo de Referência.

1.3. Valor Total da Licitação: R\$ 28.726,64 (vinte e oito mil e setecentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos).

2 – FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. As aquisições/contratações realizadas por **Dispensa Eletrônica** enquadram-se, como dispensa de licitação, POR CONTA DO VALOR, nos termos do inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/21, e decreto nº 12.807 de 2025.

2.2 Base legal:

2.2.1. A contratação direta por dispensa de licitação encontra amparo no **art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021**, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras – Valor Atualizado pelo Decreto nº 12.807/2025 para o valor de R\$ 65.492,11 (Sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos);

2.2.2. Nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, a realização da dispensa, quando possível, deve ser feita por meio eletrônico, de forma a garantir maior transparência, competitividade e eficiência à contratação:

§ 3º. Sempre que possível, a contratação direta será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, para a obtenção de propostas adicionais.

2.2.3. Assim, a administração pública optou pela modalidade de **DISPENSA ELETRÔNICA**, conforme os princípios da publicidade, eficiência e isonomia.

a) Contratação de empresa para fornecimento de material permanente (aquisição de equipamentos fisioterapêuticos), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, em atendimento à Proposta Federal nº 36000744613202600, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

2.3. O valor estimado foi apurado com base em pesquisa de preços de mercado de forma local, considerando, estando dentro do limite legal para dispensa (R\$ 50.000,00).

2.4. A adoção da **Dispensa Eletrônica** promove maior competitividade e transparência, além de ser mais célere e eficaz, ampliando o alcance de fornecedores interessados, especialmente os de pequeno porte, como preconiza a Lei nº 14.133/2021.





2.5. Considerando a natureza e o valor da contratação, o atendimento aos requisitos legais, a vantajosidade da proposta, e os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da economicidade, publicidade e eficiência, justifica-se a instauração de processo de contratação direta por dispensa de licitação na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2.6. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico deste **Termo de Referência**.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

3.1. A presente dispensa de licitação eletrônica dar-se-á por meio da Plataforma **LICITANET** com base legal na Lei Federal 14.133/21 e Lei Complementar 123/2006.

3.2. Poderão participar desta licitação as interessadas estabelecidas no País, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste termo, previamente credenciadas como fornecedores na Plataforma **LICITANET** (<https://licitanet.com.br/>).

3.3. O **Aviso Dispensa Eletrônica nº 009/2026** será publicado exclusivamente no sítio da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO/ PORTALTRANSPARENCIA, AROM e www.licitanet.com.br no dia **03 de Junho de 2026**.

3.3.1. Serão aceitas as propostas apresentadas até às **07h59min. (DF) do dia 11 de Junho de 2026**.

3.3.2. A abertura das propostas e etapa de lances dar-se-á às **08:00h (DF) do dia 11 de Junho de 2026 até às 14:00h(DF)**.

4 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

4.1. A participação dos interessados, no dia e hora fixados para a abertura das propostas dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio eletrônico, não sendo aceitas quaisquer propostas por forma diversa.

4.2. A proposta deverá conter obrigatoriamente:

4.2.1. Papel com timbre da empresa onde deverá constar de modo legível, o valor cotado em reais (R\$) – unitário e total;

4.2.3. Prazo de validade da proposta, sendo o mesmo, no mínimo de 60 dias;

4.2.4. Prazo de entrega dos produtos será conforme Termo de Referência, anexo I;

4.2.5. A proposta que não estipular o prazo de validade será considerada válida por 60 dias;

4.2.6. O descumprimento do prazo de entrega acarretará multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total da obrigação, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do total da obrigação;

4.2.7. É facultado ao órgão que lança o presente edital, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 horas.

5 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

5.1. As propostas lançadas pelo fornecedor na **LICITANET** de acordo com as especificações e exigências legais deste termo serão classificadas conforme o preço, por item, sendo considerado o vencedor o fornecedor que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.





5.2. O não atendimento dos requisitos para participação ensejará a desclassificação da proposta no sistema e o impedimento automático da participação na disputa.

5.3. Todos os preços unitários, ofertados pela licitante vencedora ao final da disputa de lances, deverão ser menor que o valor orçado pela administração, na adequação da proposta final no sistema, bem com no envio da proposta reajustada.

6 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

6.1 Habilitação Jurídica

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- j) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.1.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- b) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);





- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f) Certidão de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU, [Certidões Administração Pública Federal \(https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br\)](#);
- g) Certidão Negativa – CAGEFIMP, Governo do Estado de Rondônia (<https://transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>),

6.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.2.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.3 Qualificação econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II](#));

6.4 Qualificação Técnica

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, provenientes de pessoa jurídica, seja de direito público ou privado, deve(m) apresentar compatibilidade em características técnicas equiparáveis ao fornecimento ou prestação de serviços. Esta congruência deve ser avaliada com base nos elementos que compõem a solução referente ao objeto licitatório em questão, estabelecendo uma correspondência clara entre as especificidades do atestado e os requisitos demandados pela licitação;

1 – A apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica constitui requisito essencial para comprovação da aptidão do licitante. A avaliação da capacidade técnica deve focar na compatibilidade das características técnicas do atestado com os requisitos específicos demandados pela licitação (Item), assegurando uma correspondência precisa entre a expertise do licitante e as necessidades do projeto em questão.

2 – Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo Agente de Contratação.

3 – Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

4 – Os Atestados poderão ser diligenciados pelo Agente de Contratação caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível.

5 – Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.





6 – Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.

7 – Caso o parecer não ateste a compatibilidade e o produto não atenda as necessidades do município, a proposta deverá ser rejeitada.

8 – O atestado poderá ser substituído por notas fiscal de venda de matérias ou prestação de serviços iguais ou semelhantes ao objeto deste edital.

6.5 Declarações

6.5.1 Das **Declarações** que deverão ser marcadas no **Sistema de licitações**, em campo próprio e em caso de sua ausência, deverão ser apresentadas em papel timbrado a seguir:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

b) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) em situação irregular perante o Ministério do Trabalho e Emprego;

c) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) que seja(m) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de agente público responsável pela licitação ou de autoridade superior;

d) Declaração de que não está impedido de licitar e contratar com a Administração Pública;

e) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Art. 63, inciso I);

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV). Esclarece-se que, se o sistema de licitações já possuir as declarações mencionadas anteriormente, o licitante não precisará fornecê-las novamente.

6.6 Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, prorrogáveis por igual período, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

6.7 O prazo assegurado no subitem anterior terá como termo inicial o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

6.8 A não regularização da documentação no prazo previsto no sub-item do **Termo de Referência**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Lei Federal no 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

6.9 A documentação deverá ser encaminhada em sistema próprio, ou por e-mail a ser indicado no instrumento convocatório, em horário compatível com a necessidade de anexar os documentos.

6.10 O prazo poderá ser prorrogado a critério do Agente de Contratação, e caso não seja atendido pelo fornecedor participante, poderá convocar o próximo colocado.

7 – DA INEXISTÊNCIA DE FASE RECURSAL:

7.1 Esta contratação será realizada por Dispensa de Licitação, em formato eletrônico, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e do Decreto nº 10.024/2019, aplicando-se, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021.





7.2 Por se tratar de procedimento de dispensa de licitação, não se aplica a fase recursal prevista para os procedimentos licitatórios, conforme o art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o processo será instruído e decidido diretamente pela autoridade competente.

7.3 Eventuais manifestações, impugnações ou pedidos de esclarecimento deverão ser apresentados até a data limite fixada para o envio das propostas, nos termos do edital, não cabendo recursos após a decisão de adjudicação e homologação.

7.4 A decisão da autoridade competente, que ratificar a dispensa de licitação, é final e irrecorrível, passando o processo imediatamente à fase de contratação, observadas as formalidades legais e regulamentares.

8 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: Fundo Municipal de Saúde de Candeias do Jamari
Unidade: 04.001 – Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA
Programa: Saúde/ Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Categoria Econômica: 10.027 - Fortalecimento aos Serviços de Fisioterapia
Projeto/Atividade: 2.066 – Gerir e Coordenar a Secretaria de Saúde – SEMUSA/FMS
Elemento: 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte/Destinação de Recursos: 2.600.0000.0000 - Transferências do Estado Decorrentes de Emenda Parlamentares Individuais
Código reduzido: 545

Órgão: Fundo Municipal de Saúde de Candeias do Jamari
Unidade: 04.001 – Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA
Programa: Saúde/ Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Categoria Econômica: 10.027 - Fortalecimento aos Serviços de Fisioterapia
Projeto/Atividade: 2.066 – Gerir e Coordenar a Secretaria de Saúde – SEMUSA/FMS
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo
Fonte/Destinação de Recursos: 2.600.0000.0000 - Transferências do governo Federal Estados
Código reduzido: 541

9 – DO PAGAMENTO:

9.1 Conforme critérios estipulados no Termos de Referencia – Item 08:

- a) Recebimento: Termo de Referencia – Item: 08 Sub-item: 8.1 – 8.2 – 8.3 – 8.4 – 8.5 – 8.6;
- b) Liquidação: Termo de Referencia – Item: 08 Sub-item: 8.7 (8.7. – 8.8 – 8.9 – 8.10 – 8.11 – 8.12);
- c) Pagamento: Termo de Referencia – Item: 08 Sub-item: 8.13 (8.13);

9.2 Antecipação de Pagamento:

- a) Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento ou prestação de serviços indicados neste Termo de Referência.

9.3 Cessão de Crédito:

- a) Não haverá cessão de crédito devido às peculiaridades do processo licitatório e aquisição dos itens/prestação de serviços.

10 – INFORMAÇÕES GERAIS:

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





10.1. Para obter maiores informações sobre como participar da Dispensa Eletrônica, a empresa poderá entrar em contato no (Setor de Licitações) ou através do e-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br.

10.2. A Administração Pública se reserva no direito de:

10.1.1. Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

10.1.2. Revogar por interesse da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

10.1.3. Qualquer modificação no presente Termo será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

10.1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

10.1.5. Ao Agente de Contratação/Comissão ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

10.1.6. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

10.1.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO.

10.1.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.1.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.1.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

10.1.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública da **Dispensa Eletrônica**.

10.1.12. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Termo, o lance é considerado o da proposta de preços.

10.1.13. As normas que disciplinam esta **Dispensa Eletrônica** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, a finalidade e a segurança da contratação.

10.1.14. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

10.1.15. O presente Termo e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

10.1.16. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no





endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

10.1.17. Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

10.1.18. Havendo divergência entre as exigências contidas no Termo e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o **Edital de Dispensa Eletrônica**, o **Termo de Referência**, e por último os demais anexos.

10.1.19. O **Termo de Dispensa Eletrônica** e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://www.licitanet.com.br/>, no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no site www.candeiasdojamari.ro.gov.br/licitacao Portal Transparência: https://athus2.candeiasdojamari.ro.gov.br/transparencia/processo_compras/.

10.1.20. Este **Edital de Dispensa Eletrônica** deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

10.1.21. Quaisquer informações complementares sobre o presente **Edital de Dispensa Eletrônica** e seus Anexos poderão ser obtidas pelo **E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br**, ou na sede Prefeitura de Candeias do Jamari/RO.

11 – FORO:

11.1 – Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, **Seção Judiciária de Porto Velho/RO**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

12 – DO ANEXOS:

12.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta;

ANEXO III – Declaração de Autenticidade;

ANEXO IV – Declaração de Sustentabilidade Ambiental;

ANEXO V – Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C. F/1988.

;

Candeias do Jamari – RO, **02 de Junho de 2026.**

LUCIVALDO SILVA DA COSTA
Agente de Contratação – SML/PM CJ/RO
Matrícula: 4240





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



ANEXO – II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026

PROCESSO Nº 0000931.05.01-2026

LICITANTE:

CNPJ:

TEL:/ FAX:/ E-MAIL:/ ENDEREÇO:

C. CORRENTE:/ AG:/ BANCO:

Prazo de Validade da Proposta:

Prazo de Garantia do Objeto:

Prazo de Entrega:

Item	Descrição do Objeto	Quant.	Unid.	Gódigo	Marca/ Modelo	V. Unit.	V. Total
01							
02							
03							
04							
05							
Total geral							

Valor R\$:

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital, e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para o objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Outras informações:

DECLARAMOS que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no **Termo de Referência**.

DECLARAMOS que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, ____ de ____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



ANEXO – III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026
PROCESSO Nº 0000931.05.01-2026

LICITANTE:
CNPJ:

A empresa (**RAZÃO SOCIAL**), devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º (**00.000.000/0000-00**), sediada no endereço (**LOGRADOURO/ Nº/ BAIRRO/ CIDADE/ UF/ CEP/ TELEFONE/ E-MAIL**), neste ato representado pelo(a) (**NOME COMPLETO**) portador do CPF nº (**000.000.000-00**), **DECLARA** que os documentos apresentados para o certame denominado **Dispensa Eletrônica Nº 009/2026**, são autênticos.

Local, ____ de ____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



ANEXO – IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026
PROCESSO Nº 0000931.05.01-2026

LICITANTE:
CNPJ:

A empresa (**RAZÃO SOCIAL**), devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º (**00.000.000/0000-00**), sediada no endereço (**LOGRADOURO/ Nº/ BAIRRO/ CIDADE/ UF/ CEP/ TELEFONE/ E-MAIL**), neste ato representado pelo(a) (**NOME COMPLETO**) portador do CPF nº (**000.000.000-00**), DECLARA, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Dispensa Eletrônica Nº 009/2026**, instaurado pelo **Processo Administrativo n.º 0000931.05.01-2026**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, ____ de ____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



ANEXO – V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026
PROCESSO Nº 0000931.05.01-2026

LICITANTE:
CNPJ:

A empresa (**RAZÃO SOCIAL**), devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º (**00.000.000/0000-00**), sediada no endereço (**LOGRADOURO/ Nº/ BAIRRO/ CIDADE/ UF/ CEP/ TELEFONE/ E-MAIL**), neste ato representado pelo(a) (**NOME COMPLETO**) portador do CPF nº (**000.000.000-00**), DECLARAMOS, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().
Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local, ____ de ____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **LUCIVALDO SILVA DA COSTA**, CPF: 469.34*. **2-*9 em **02/06/2026 12:37:33**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1263.2V37.433V.6874.2771**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.662.11A** - Tipo de Documento: **EDITAL DE LICITAÇÃO**.

Elaborado por **ELISÂNGELA BARRETO DE OLIVEIRA**, CPF: 968.63*. **2-*4, em **02/06/2026 - 12:05:00**

Código de Autenticidade deste Documento: 1233.4905.3001.H187.6756

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO

Termo de Referência 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	980681-PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO	ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA	08/05/2026 16:26 (v 0.6)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		0000931.05.01-2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº0000931.05.01-2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes de fisioterapia, vinculados à Proposta nº 07006/2025-02, bem como a aquisição de materiais de consumo/insumos de fisioterapia, vinculados à proposta federal nº 36000744613202600, com a finalidade de suprir as demandas da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA							
Item	Classificação	Objeto padronizado	Especificação técnica detalhada	Un.	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Equipamento / material permanente	Aparelho de Bioimpedância Elétrica (BIA)	Equipamento do tipo balança/analizador de bioimpedância elétrica para avaliação da composição corporal, com plataforma em vidro temperado ou material de resistência equivalente, display digital, capacidade mínima de 150 kg, graduação aproximada de 100 g, medição de peso, IMC, percentual de gordura corporal, massa magra, água	un	1	R\$ 239,10	R\$ 239,10

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025.



			corporal e demais indicadores compatíveis com avaliação fisioterapêutica e acompanhamento de pacientes.				
2	Equipamento / material permanente	Barras Paralelas para Fisioterapia	Barras paralelas para treino de marcha e equilíbrio, com estrutura em aço carbono com pintura epóxi ou aço inox, base estável e antiderrapante, corrimãos laterais em aço inox ou madeira envernizada, altura regulável aproximada entre 75 cm e 95 cm, comprimento mínimo aproximado de 2,50 m a 3,00 m e largura útil aproximada entre 50 cm e 70 cm, destinadas à reabilitação funcional e apoio seguro à deambulação.	un	1	R\$ 2.222,93	R\$ 2.222,93
3	Equipamento / material permanente	Tábua de Propriocepção	Tábua/prancha proprioceptiva para treino de equilíbrio, coordenação motora, descarga de peso e reabilitação neuromuscular, confeccionada em madeira, MDF ou compensado naval resistente, com acabamento liso, superfície antiderrapante ou emborrachada, dimensões aproximadas mínimas de 40 cm x 40 cm ou diâmetro equivalente, base inferior semicircular /instável e capacidade compatível com uso terapêutico adulto.	un	1	R\$ 196,31	R\$ 196,31
4	Equipamento / material permanente	Tábua de Quadríceps	Tábua de quadríceps para exercícios terapêuticos de fortalecimento, alongamento e reabilitação de membros inferiores, confeccionada em madeira, MDF ou material de resistência equivalente, com cinta /faixa de fixação para o membro, apoio anatômico, acabamento liso e lavável, dimensões aproximadas mínimas de 45 cm x 35 cm, adequada ao uso em clínica de fisioterapia.	un	1	R\$ 226,15	R\$ 226,15
5	Equipamento / material permanente	Rampa de Alongamento	Rampa inclinada de alongamento para panturrilha, cadeia posterior e treino de amplitude de movimento, confeccionada em madeira, MDF, aço ou material rígido resistente, com superfície superior antiderrapante, inclinação terapêutica aproximada entre 15° e 25°, dimensões aproximadas mínimas de 30 cm x 30 cm, base firme e acabamento seguro para uso fisioterapêutico.	un	2	R\$ 180,04	R\$ 360,08
6	Equipamento / material permanente	Balancim Proprioceptivo	Balancim/balanço proprioceptivo para treino de equilíbrio, coordenação, controle postural e reabilitação neuromotora, confeccionado em madeira, MDF ou material de resistência equivalente, com superfície de apoio antiderrapante, base inferior curva/instável,	un	2	R\$ 510,25	R\$ 1.020,50

			dimensões aproximadas mínimas de 40 cm x 30 cm e estrutura compatível com uso adulto em ambiente clínico.				
7	Equipamento / material permanente	Escada Digital em Madeira para Reabilitação	Escada digital/de dedos em madeira para reabilitação de membros superiores, destinada a exercícios de mobilidade, coordenação e amplitude de movimento de ombro, cotovelo, punho e dedos, confeccionada em madeira envernizada ou material similar, com aproximadamente 30 a 40 degraus/seções progressivas, medidas aproximadas mínimas de 80 cm de altura e 10 cm de largura, com furação ou suporte para fixação em parede.	un	1	R\$ 164,79	R\$ 164,79
8	Equipamento / material permanente	Espaldar em Madeira (Barra /Escada de Ling)	Espaldar/escada de Ling em madeira maciça ou madeira de alta resistência, para alongamento, fortalecimento, mobilidade, tração e exercícios cinesioterapêuticos, composto por barras horizontais arredondadas e fixas, mínimo de 10 a 12 barras, medidas aproximadas de 2,20 m de altura x 0,90 m de largura, com acabamento lixado/envernizado e pontos de fixação em parede para instalação segura.	un	1	R\$ 759,92	R\$ 759,92
9	Equipamento / material permanente	Escada em L com Rampa	Escada de canto em formato L com rampa para treino de marcha, equilíbrio, subida e descida de degraus e reabilitação funcional, confeccionada em madeira reforçada/MDF naval ou estrutura equivalente, com corrimãos duplos laterais em aço carbono pintado ou aço inox, patamar de descanso, rampa antiderrapante e degraus revestidos com material antiderrapante. Deve possuir, no mínimo, dois lances de treino, com aproximadamente 3 a 4 degraus em um lance e 2 a 3 degraus em outro, além de rampa integrada, medidas compatíveis com uso clínico e acessibilidade terapêutica.	un	1	3,385,89	R\$ 3.385,89
10	Equipamento / material permanente	Escada com 2 Degraus	Escada auxiliar hospitalar/clínica com 2 degraus, estrutura em aço carbono com pintura epóxi ou aço inox, degraus revestidos em borracha ou material antiderrapante, ponteiros de borracha nos pés, altura aproximada entre 35 cm e 45 cm, largura aproximada entre 35 cm e 45 cm, destinada a apoio em procedimentos, acesso a maca e exercícios funcionais.	un	2	R\$ 233,11	R\$ 466,22
			Aparelho de luz infravermelha para fisioterapia, com lâmpada terapêutica de aproximadamente 250 W, suporte em				

11	Equipamento / material permanente	Aparelho de Luz Infravermelho	pedestal ou braço articulado, regulagem de altura e inclinação, refletor/protetor metálico, chave liga/desliga e, quando disponível, controle de intensidade/dimmer, alimentação bivolt ou tensão compatível com a rede local, indicado para aplicação de calor superficial em procedimentos fisioterapêuticos.	un	2	R\$ 435,98	R\$ 871,96
12	Equipamento / material permanente	TENS/FES - Estimulador Transcutâneo	Estimulador elétrico transcutâneo TENS /FES para analgesia e estimulação neuromuscular, com 4 canais de saída independentes ou compatíveis com a cotação, alimentação bivolt ou bateria recarregável, regulagem de frequência, largura de pulso, intensidade, tempo de aplicação e modos terapêuticos TENS, FES e /ou Burst, acompanhado de cabos, eletrodos e acessórios necessários para uso clínico.	un	1	R\$ 1.690,52	R\$ 1.690,52
13	Equipamento / material permanente	Laser para Fisioterapia	Aparelho de laserterapia/LED terapêutico para fisioterapia, portátil ou de bancada, com emissão em laser vermelho e/ou infravermelho, controle de dose/energia, tempo de aplicação e parâmetros terapêuticos, aplicador/caneta ou cluster compatível, visor ou painel de controle, alimentação bivolt ou bateria recarregável, acompanhado de óculos de proteção e acessórios essenciais para reabilitação, analgesia e reparo tecidual.	un	1	R\$ 4.121,78	R\$ 4.121,78
14	Equipamento / material permanente	Andador Articulado em Alumínio	Andador articulado em alumínio, dobrável, com no mínimo 3 barras de sustentação, ponteiros de borracha antiderrapantes, pegadores anatômicos, regulagem de altura mínima aproximada a partir de 78,5 cm, largura aproximada entre 50 cm e 60 cm, profundidade aproximada entre 45 cm e 55 cm e capacidade de carga mínima de 130 kg a 135 kg, destinado ao apoio à marcha e reabilitação funcional.	un	2	R\$ 199,66	R\$ 399,32
15	Equipamento / material permanente	Mesa Auxiliar Hospitalar	Mesa auxiliar hospitalar para apoio em procedimentos fisioterapêuticos, com estrutura em aço inox ou aço carbono com pintura epóxi, tampo superior e prateleira inferior em aço inox, chapa metálica ou material lavável de fácil higienização, com rodízios ou pés fixos conforme cotação, dimensões aproximadas mínimas de 40 cm x 60 cm x 80 cm, bordas seguras e capacidade adequada para apoio de materiais e equipamentos leves.	un	2	R\$ 512,31	R\$ 1.024,62

16	Equipamento / material permanente	Banho de Parafina	Equipamento para banho de parafina terapêutico, com cuba em aço inox, alumínio ou material térmico resistente, tampa, controle de temperatura/termostato, capacidade mínima aproximada de 2 kg a 3 kg de parafina, faixa de aquecimento compatível com uso terapêutico, alimentação elétrica bivolt ou tensão compatível com a rede local, dimensões aproximadas mínimas de 35 cm x 25 cm x 20 cm, destinado ao aquecimento e aplicação de parafina em procedimentos fisioterapêuticos.	un	1	R\$ 2.178,20	R\$ 2.178,20
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS							R\$ 19.328,29
INSUMOS DE FISIOTERAPIA							
Item	Classificação	Objeto padronizado	Especificação técnica detalhada	Un.	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Insumo / material de consumo	Bola Pilates Suíça 55 cm para Fisioterapia	Bola suíça de 55 cm, confeccionada em material resistente e flexível, com superfície antiderrapante, indicada para exercícios de equilíbrio, alongamento, fortalecimento, pilates, yoga e reabilitação fisioterapêutica; acompanha bomba quando previsto na cotação.	un	3	R\$ 67,90	R\$ 203,70
2	Insumo / material de consumo	Bola Pilates Suíça 65 cm para Fisioterapia	Bola suíça de 65 cm, em material resistente e flexível, superfície antiderrapante, indicada para exercícios terapêuticos de equilíbrio, mobilidade, fortalecimento, alongamento, pilates e reabilitação.	un	3	R\$ 45,95	R\$ 137,85
3	Insumo / material de consumo	Bola Pilates Suíça 75 cm para Fisioterapia	Bola suíça de 75 cm, em material resistente, flexível e antiderrapante, indicada para exercícios de equilíbrio, alongamento, fortalecimento muscular, pilates, yoga e reabilitação fisioterapêutica.	un	3	R\$ 88,08	R\$ 264,24

4	Insumo / material de consumo	Bola Feijão para Ginástica, Yoga e Pilates	Bola tipo feijão/peanut ball, em material resistente e flexível, capacidade de carga compatível com uso terapêutico, indicada para exercícios de equilíbrio, alongamento, estabilização, pilates, yoga e reabilitação; acompanha bomba quando previsto.	un	2	R\$ 142,91	R\$ 285,82
5	Insumo / material de consumo	Disco de Equilíbrio Inflável	Disco inflável de equilíbrio /propriocepção, em material resistente, com superfície texturizada ou antiderrapante, indicado para exercícios proprioceptivos, pilates, fortalecimento, estabilidade postural e reabilitação fisioterapêutica.	un	3	R\$ 117,01	R\$ 351,03
6	Insumo / material de consumo	Colchonete para Ginástica	Colchonete individual para ginástica e fisioterapia, em espuma ou material acolchoado, revestimento lavável e de fácil higienização, dimensões aproximadas compatíveis com 90 x 40 x 3 cm, indicado para exercícios no solo e atendimento terapêutico.	un	30	R\$ 63,30	R\$ 1.899,00
7	Insumo / material de consumo	Rolo de Fisioterapia 40 x 15 cm	Rolo de fisioterapia em espuma, dimensões aproximadas de 40 x 15 cm, revestimento impermeável /lavável, fechamento com zíper ou acabamento equivalente, indicado para apoio postural, alongamentos, mobilizações e exercícios terapêuticos.	un	3	R\$ 143,07	R\$ 429,21
8	Insumo / material de consumo	Kit de Faixas Elásticas para Exercícios	Kit de faixas elásticas para exercícios terapêuticos, com resistências variadas, confeccionadas em látex, TPE ou material equivalente, indicadas para fortalecimento, alongamento, mobilidade, reabilitação e treinamento funcional.	un	10	R\$ 61,66	R\$ 616,60
9	Insumo / material de consumo	Kit Exercitador Elástico com Faixas	Kit exercitador elástico com faixas de resistência, indicado para exercícios de fortalecimento, alongamento, mobilidade articular e reabilitação, podendo conter faixas, extensor ou acessórios equivalentes conforme composição cotada.	un	4	R\$ 67,08	R\$ 268,32
10		Arco/Anel Tonificador	Arco tonificador flexível para pilates e fisioterapia, com estrutura resistente, apoios laterais em espuma ou material confortável, indicado para	un	3	R\$ 56,20	R\$ 168,60

	Insumo / material de consumo	Flexível para Pilates	fortalecimento de membros superiores, inferiores, abdômen e exercícios de resistência.				
11	Insumo / material de consumo	Exercitador de Mãos Ajustável	Exercitador manual de resistência ajustável, faixa aproximada de 5 a 60 kg ou equivalente, indicado para fortalecimento de mãos, dedos, punhos e antebraços, reabilitação motora e ganho de força de preensão.	un	3	R\$ 34,86	R\$ 104,58
12	Insumo / material de consumo	Mini Bicicleta Ergométrica Portátil	Mini bicicleta/pedal exercitador portátil para membros inferiores e superiores, com regulagem de resistência, estrutura compacta e base estável, indicada para mobilização, fortalecimento e reabilitação funcional.	un	2	R\$ 182,63	R\$ 365,26
13	Insumo / material de consumo	Eletrodo de Silicone Condutivo	Eletrodo/faixa de silicone condutivo para eletroterapia, dimensões aproximadas de 5 cm de largura por 1 m de comprimento, recortável quando aplicável, compatível com aparelhos de estimulação elétrica transcutânea, destinado à condução de corrente terapêutica.	un	3	R\$ 137,09	R\$ 411,27
14	Insumo / material de consumo	Caneleira de Peso 1 kg	Caneleira/tornozeleira de peso de 1 kg, confeccionada em material resistente, com fechamento ajustável, indicada para exercícios de fortalecimento, resistência, condicionamento e reabilitação de membros inferiores.	un	3	R\$ 30,10	R\$ 90,30
15	Insumo / material de consumo	Caneleira de Peso 2 kg	Caneleira/tornozeleira de peso de 2 kg, confeccionada em material resistente, com fechamento ajustável, indicada para exercícios de fortalecimento, resistência, condicionamento e reabilitação de membros inferiores.	un	3	R\$ 40,76	R\$ 122,28
16	Insumo / material de consumo	Caneleira de Peso 3 kg	Caneleira/tornozeleira de peso de 3 kg, confeccionada em material resistente, com fechamento ajustável, indicada para exercícios de fortalecimento, resistência, condicionamento e reabilitação de membros inferiores.	un	3	R\$ 53,51	R\$ 160,53
			Caneleira/tornozeleira de peso de 4 kg, confeccionada em material				

17	Insumo / material de consumo	Caneleira de Peso 4 kg	resistente, com fechamento ajustável, indicada para exercícios de fortalecimento, resistência, condicionamento e reabilitação de membros inferiores.	un	3	R\$ 66,06	R\$ 198,18
18	Insumo / material de consumo	Halter Emborrachado 1 kg	Halter de 1 kg, revestido em material emborrachado ou equivalente, com pegada anatômica, indicado para fortalecimento muscular, condicionamento, exercícios terapêuticos e reabilitação.	un	3	R\$ 23,37	R\$ 70,11
19	Insumo / material de consumo	Halter Emborrachado 2 kg	Halter de 2 kg, revestido em material emborrachado ou equivalente, com pegada anatômica, indicado para fortalecimento muscular, condicionamento, exercícios terapêuticos e reabilitação.	un	3	R\$ 32,04	R\$ 96,12
20	Insumo / material de consumo	Halter Emborrachado 3 kg	Halter de 3 kg, revestido em material emborrachado ou equivalente, com pegada anatômica, indicado para fortalecimento muscular, condicionamento, exercícios terapêuticos e reabilitação.	un	3	R\$ 53,35	R\$ 160,05
21	Insumo / material de consumo	Suporte para Halteres	Suporte/estante para armazenamento de halteres, estrutura resistente, acabamento adequado e capacidade compatível com organização de pesos em ambiente de fisioterapia, academia terapêutica ou sala de reabilitação.	un	1	R\$ 405,17	R\$ 405,17
22	Insumo / material de consumo	Aplicador Magnético de Agulha Auricular para Acupuntura	Aplicador magnético para agulha auricular/acupuntura auricular, destinado ao posicionamento e aplicação de sementes, esferas ou agulhas auriculares, com estrutura apropriada para uso terapêutico.	un	1	R\$ 48,41	R\$ 48,41
23	Insumo / material de consumo	Agulha Auricular Micropore - Caixa com 50 Unidades	Agulha auricular adesiva em micropore ou material equivalente, caixa com 50 unidades, destinada à auriculoterapia/acupuntura auricular, com aplicação individual e acondicionamento adequado.	un	20	R\$ 11,38	R\$ 227,60
24	Insumo / material de consumo	Gel Condutor	Gel condutor hidrossolúvel para procedimentos de eletroterapia, ultrassom terapêutico e/ou recursos	un	137	R\$ 5,08	R\$ 695,96

			fisioterapêuticos, com boa condutividade, fácil remoção e embalagem de 250g.				
25	Insumo / material de consumo	Meia Bola de Equilíbrio tipo BOSU	Meia bola de equilíbrio com base rígida, superfície antiderrapante e estrutura resistente, indicada para exercícios proprioceptivos, equilíbrio, fortalecimento, estabilidade postural, pilates e reabilitação funcional.	un	2	R\$ 292,76	R\$ 585,52
26	Insumo / material de consumo	Bandagem Elástica Adesiva tipo Kinesio Tape	Bandagem elástica adesiva para kinesiotaping, rolo/unidade conforme cotação, indicada para suporte funcional, estabilidade, analgesia, propriocepção e auxílio em tratamentos fisioterapêuticos.	un	20	R\$ 16,16	R\$ 323,20
27	Insumo / material de consumo	Kit de Acessórios para Exercícios Funcionais e Fisioterapia	Kit de acessórios para treino funcional, fisioterapia e exercícios domiciliares, contendo itens elásticos e /ou funcionais como mini bands, faixas elásticas, extensor, massagador, corda, hand grip e acessórios equivalentes, conforme composição cotada.	un	1	R\$ 79,85	R\$ 79,85
28	Insumo / material de consumo	Kit de Exercitadores para Fortalecimento de Mãos e Dedos	Kit com 5 peças para fortalecimento das mãos, dedos, punhos e antebraços, com resistências variadas, indicado para fisioterapia motora, reabilitação, ganho de força de preensão e coordenação fina.	un	3	R\$ 36,90	R\$ 110,70
29	Insumo / material de consumo	Kit de Ventosas a Vácuo para Terapias Manuais	Kit de ventosas a vácuo com 24 unidades ou composição equivalente, confeccionado em material resistente, com bomba ou sistema de sucção, indicado para terapias manuais, liberação miofascial e recursos terapêuticos complementares.	un	1	R\$ 518,89	R\$ 518,89
VALOR TOTAL DOS INSUMOS							R\$ 9.398,35

1.2. O objeto da contratação é caracterizado como **bem comum**, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, ou até a entrega integral dos itens constantes na respectiva Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, prevalecendo o que ocorrer primeiro, observada a necessidade de manutenção da vigência contratual enquanto houver obrigações pendentes entre as partes, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Trata-se de **aquisição de bens**, com entrega imediata ou parcelada, conforme a necessidade da Administração, não se caracterizando como contratação de natureza continuada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar nº 20/2026, o qual integra este Termo de Referência como seu apêndice, tendo sido elaborado em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O referido estudo demonstrou, de forma técnica e motivada, a necessidade da **aquisição de equipamentos e materiais permanentes de fisioterapia, bem como de materiais de consumo (insumos)**, evidenciando sua essencialidade para a adequada prestação dos serviços de reabilitação no âmbito da rede municipal de saúde.

2.3. A contratação proposta decorre da necessidade de garantir o adequado funcionamento do setor de fisioterapia do Centro de Especialidades Municipal – CNES 4180763, assegurando condições adequadas para a realização dos atendimentos, com qualidade, segurança e eficiência, evitando prejuízos à saúde dos usuários e à continuidade dos serviços.

2.4. Destaca-se que a solução definida no Estudo Técnico Preliminar — qual seja, a **aquisição dos equipamentos e insumos necessários** — foi considerada a alternativa mais vantajosa para a Administração, sob os aspectos técnico, operacional e econômico, em comparação com outras possibilidades analisadas, como a utilização de equipamentos obsoletos ou a limitação da oferta de serviços.

2.5. Ressalta-se, ainda, que a contratação está em consonância com os princípios da **legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público**, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que assegura a prestação regular e adequada dos serviços de saúde à população.

2.6. No que se refere ao planejamento, informa-se que a presente contratação encontra-se alinhada às ações da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, voltadas à melhoria da estrutura física e técnica das unidades de saúde, especialmente no âmbito da média complexidade.

2.7. Ressalta-se que a contratação se mostra necessária para garantir a ampliação da capacidade de atendimento, a melhoria da qualidade dos serviços fisioterapêuticos e a efetividade das ações de reabilitação no âmbito do SUS.

2.8. Dessa forma, a contratação mostra-se devidamente justificada, necessária e alinhada ao interesse público, atendendo aos requisitos legais e técnicos exigidos para sua formalização.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na **aquisição de equipamentos e materiais permanentes de fisioterapia, bem como de materiais de consumo (insumos)**, visando atender às unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, em especial o Centro de Especialidades Municipal – CNES 4180763.

3.2. A solução contempla o fornecimento completo dos bens necessários ao adequado funcionamento do setor de fisioterapia, abrangendo todas as etapas relacionadas à aquisição, conforme descrito a seguir:

3.2.1. Etapa de planejamento: compreende o levantamento das necessidades do setor, definição dos itens, quantitativos e especificações técnicas.

3.2.2. Etapa de aquisição: consiste na realização do processo licitatório para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2.3. Etapa de fornecimento: refere-se à entrega dos equipamentos e insumos pela contratada, em conformidade com as especificações estabelecidas, em perfeitas condições de uso.

3.2.4. Etapa de recebimento: compreende a conferência, verificação da conformidade dos itens e ateste pela comissão competente.

3.2.5. Etapa de utilização: consiste na disponibilização dos equipamentos e insumos para uso no atendimento fisioterapêutico, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços.

3.3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.3.1. O fornecimento dos bens deverá ocorrer de forma **integral ou parcelada**, conforme necessidade da Administração.

3.3.2. Os equipamentos deverão ser **novos, sem uso, em perfeitas condições**, acompanhados de manual, quando aplicável, e garantia mínima conforme legislação vigente.

3.3.3. Os insumos deverão possuir **qualidade adequada, prazo de validade compatível e registro nos órgãos competentes**, quando exigido.

3.3.4. Todos os itens deverão atender às **normas técnicas, sanitárias e de segurança vigentes**.

3.4. CONSIDERAÇÃO DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.4.1. A presente contratação considera o ciclo de vida do objeto, abrangendo as fases de planejamento, aquisição, recebimento, utilização e eventual substituição, garantindo a eficiência, economicidade e durabilidade dos bens adquiridos.

3.5. SUSTENTABILIDADE

3.5.1. Sempre que possível, deverão ser priorizados produtos que atendam a critérios de sustentabilidade, como eficiência energética, durabilidade e menor impacto ambiental.

3.5.2. A Administração adotará boas práticas de uso e descarte dos materiais, especialmente no que se refere aos insumos utilizados no atendimento fisioterapêutico.

3.6. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ADOTADA

3.6.1. A aquisição dos equipamentos e insumos mostra-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, garantindo a estrutura necessária para o pleno funcionamento do setor de fisioterapia.

3.6.2. A não aquisição implicaria na limitação dos atendimentos, prejuízo à qualidade dos serviços e possível interrupção das atividades de reabilitação.

3.6.3. A solução adotada assegura a continuidade dos serviços de saúde, a melhoria da qualidade do atendimento e o cumprimento das políticas públicas voltadas à reabilitação no âmbito do SUS.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.4.1. SUSTENTABILIDADE

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade já considerados na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos:

4.1.2. Sempre que possível, deverão ser priorizados equipamentos que apresentem maior durabilidade, eficiência e menor impacto ambiental;

4.1.3. Os materiais de consumo (insumos) deverão possuir composição e características que minimizem impactos ao meio ambiente e à saúde dos usuários;

4.1.4. A contratada deverá observar as normas ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho vigentes, incluindo regulamentações da **ANVISA**, quando aplicável;

4.1.5. A Administração deverá adotar boas práticas de uso, armazenamento e descarte dos materiais utilizados no setor de fisioterapia.

4.2. SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a necessidade de garantia da qualidade dos bens fornecidos e da responsabilidade integral da contratada.

4.3. RESERVA DE COTAS PARA ME/EPP

4.3.1. Poderá ser aplicada a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, desde que haja parcelamento do objeto e viabilidade técnica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

5.1. O fornecimento dos equipamentos e materiais permanentes, bem como dos materiais de consumo (insumos), será realizado mediante a emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento, de acordo com a necessidade da Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

5.2. O prazo para entrega dos bens será de até **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, podendo ser ajustado conforme cronograma definido pela Administração.

5.3. Os bens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, acompanhados de manuais, certificados e demais documentos exigidos, quando aplicável.

5.4. LOCAL DE ENTREGA

5.4.1. Os equipamentos e insumos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, situado na Rua Laercio Nobre, nº 281, Bairro Satélite, CEP 76860-000, Candeias do Jamari/RO, ou em outro local previamente indicado pela Administração, de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 13h30, mediante prévio agendamento.

5.5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento deverá observar as seguintes condições:

5.5.1. Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, e atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas;

5.5.2. Os materiais de consumo (insumos) deverão possuir qualidade adequada, prazo de validade compatível e registro nos órgãos competentes, quando exigido;

5.5.3. Os produtos deverão estar acondicionados de forma adequada, garantindo sua integridade durante o transporte;

5.5.4. A contratada deverá assegurar a substituição de qualquer item entregue em desconformidade com as especificações;

5.5.5. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados do recebimento definitivo, ou prazo superior quando previsto pelo fabricante, acompanhados de certificado de garantia, manual de operação e relação de assistência técnica autorizada, quando aplicável.

5.6. RECEBIMENTO DO OBJETO

5.6.1. O recebimento dos bens será realizado em duas etapas:

- **Provisório**, no ato da entrega, para verificação quantitativa;
- **Definitivo**, após conferência qualitativa e ateste da comissão competente;

5.7. COMUNICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS

5.7.1. Caso não seja possível o cumprimento do prazo de entrega, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com a devida justificativa, antes do término do prazo, para análise e eventual reprogramação.

5.8. GARANTIA DO OBJETO

5.8.1. A contratada será responsável pela qualidade dos bens fornecidos, devendo substituir, às suas expensas, qualquer item entregue em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.8.2. Constatadas irregularidades, a contratada será notificada para realizar a substituição no prazo máximo de até 10 (**dez**) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de **fornecimento dos bens** será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser formalmente registradas.

6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais, tais como os e-mails:

semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br e **admsemusa@candeiasdojamari.ro.gov.br**.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratada poderá ser convocada para reunião inicial, na qual serão apresentados os procedimentos de fiscalização, as obrigações contratuais e os mecanismos de controle relacionados ao **fornecimento dos bens**.

6.5. FISCALIZAÇÃO

6.5.1. O **fornecimento dos bens** será acompanhado e fiscalizado por servidor(es) designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.6.1. O fiscal técnico acompanhará o **fornecimento dos equipamentos e materiais**, verificando o cumprimento das especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.6.2. O fiscal técnico registrará, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento, indicando as medidas necessárias à regularização de eventuais falhas.

6.6.3. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico notificará a contratada para a correção, fixando prazo compatível.

6.6.4. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência.

6.7. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.7.1. O fiscal administrativo acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como os aspectos relacionados ao empenho, liquidação e pagamento decorrentes do **fornecimento dos bens**.

6.7.2. A fiscalização administrativa observará, ainda:

- Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- Conferência das notas fiscais e documentos comprobatórios do fornecimento;
- Registro formal das ocorrências no processo administrativo.

6.7.3. Verificado o descumprimento de obrigações contratuais, serão adotadas as providências cabíveis, com comunicação ao gestor do contrato.

6.8. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

6.8.1. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes do **fornecimento dos bens**.

6.9. GESTOR DO CONTRATO

6.9.1. Compete ao gestor do contrato:

- Coordenar o acompanhamento da execução contratual;
- Acompanhar as atividades dos fiscais;
- Verificar a manutenção das condições de habilitação;
- Consolidar informações sobre o desempenho da contratada no fornecimento;
- Adotar providências para eventual aplicação de sanções;
- Elaborar relatório final da execução contratual;
- Encaminhar a documentação para liquidação e pagamento.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que der causa à inexecução parcial do contrato; der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato; ensejar o retardamento no fornecimento do objeto sem motivo justificado; apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as sanções de advertência, quando houver inexecução parcial de menor gravidade e não se justificar penalidade mais severa; de impedimento de licitar e contratar, quando praticadas condutas que causem prejuízo relevante à Administração ou atraso injustificado no fornecimento; e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nas hipóteses mais graves, especialmente quando houver fraude, falsidade documental ou prática de atos ilícitos.

7.3. Poderão ser aplicadas multas, consistindo em multa de mora de até 1% (um por cento) sobre o valor do item em atraso, bem como multa compensatória de até 15% (quinze por cento) do valor do contrato nos casos de inexecução parcial, de até 30% (trinta por cento) nos casos de inexecução total, e de até 15% (quinze por cento) nos casos de descumprimento de outras obrigações contratuais.

7.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração, podendo as penalidades ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação de qualquer penalidade será assegurado ao contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

7.6. Caso o valor da multa seja superior ao crédito eventualmente devido ao contratado, a diferença poderá ser descontada de valores a receber ou cobrada judicialmente.

7.7. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação.

7.8. A aplicação das sanções ocorrerá mediante regular processo administrativo, observando-se o disposto na Lei nº 14.133/2021, podendo as comunicações ser realizadas por meio eletrônico, considerando-se válidos os endereços informados pela contratada.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias do caso concreto, os danos causados à Administração, a existência de circunstâncias agravantes ou atenuantes e a adoção de medidas de integridade pela contratada.

7.10. As sanções aplicadas serão registradas nos sistemas e cadastros oficiais pertinentes, inclusive no SICAF, CEIS e CNEP.

7.11. As penalidades de impedimento e declaração de inidoneidade poderão ser objeto de reabilitação, nos termos da legislação vigente.

7.12. Os débitos decorrentes de penalidades poderão ser compensados com créditos que a contratada possua junto à Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo comissão de recebimento junto com o fiscal do contrato, mediante verificação inicial da conformidade com as especificações deste Termo de Referência e da proposta apresentada.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando entregues em desacordo com as especificações, devendo a contratada substituí-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade dos bens fornecidos e consequente aceitação pela Administração.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

8.5. No caso de controvérsia quanto ao fornecimento do objeto, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo a contratada emitir nota fiscal referente à parcela incontestada para fins de pagamento.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos bens fornecidos, nem por eventuais vícios ou irregularidades.

8.7. LIQUIDAÇÃO

8.7. Recebida a Nota Fiscal, será iniciado o prazo de até **30 (trinta) dias úteis** para fins de liquidação da despesa.

8.8. Para fins de liquidação, será verificado se o documento apresentado contém data de emissão, identificação do contrato ou instrumento equivalente, descrição detalhada dos bens fornecidos, valor a pagar e indicação de eventuais retenções tributárias.

8.9. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer pendência que impeça a liquidação, o prazo ficará suspenso até a regularização, sem ônus para a Administração.

8.10. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sistemas oficiais ou apresentação das certidões pertinentes.

8.11. Constatada irregularidade, a contratada será notificada para regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

8.12. Persistindo a irregularidade, poderão ser adotadas medidas administrativas cabíveis, inclusive rescisão contratual, assegurada a ampla defesa.

8.13. PRAZO DE PAGAMENTO

8.13. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.14. FORMA DE PAGAMENTO

8.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta indicada pela contratada, sendo considerada como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária, com a realização das retenções tributárias previstas na legislação vigente.

8.15. A contratada optante pelo Simples Nacional deverá comprovar essa condição para não sofrer retenções indevidas.

8.16. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

8.16. Não será admitida a antecipação de pagamento para esta contratação.

8.17. REAJUSTE

8.17. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado.

8.18. Após esse período, poderá haver reajuste mediante aplicação do índice IPCA/IBGE, ou outro que venha a substituí-lo

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.2. A escolha da dispensa de licitação justifica-se em razão do valor estimado da contratação, que se encontra dentro do limite legal estabelecido, bem como pela necessidade de garantir maior celeridade e eficiência no atendimento das demandas da Administração.

9.3. FORMA DE FORNECIMENTO

9.3. O fornecimento do objeto será realizado mediante emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.4. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

9.4.1. Os preços ofertados deverão ser compatíveis com os valores estimados pela Administração, conforme pesquisa de mercado constante nos autos do processo.

9.4.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, valores superiores ao estimado pela Administração ou inconsistências que comprometam o fornecimento do objeto.

9.5. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.5.1.1. Registro comercial, no caso de empresário individual;

9.5.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;

9.5.1.3. Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), quando aplicável;

9.5.1.4. Documentos de identificação dos responsáveis legais da empresa.

9.5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.5.2.1. Comprovante de inscrição no CNPJ;

9.5.2.2. Certidão de regularidade com a Receita Federal e Dívida Ativa da União;

9.5.2.3. Certidão de regularidade com o FGTS;

9.5.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.5.2.5. Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;

9.5.2.6. Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal.

9.5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.5.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa;

9.5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.4.1. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o **fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação**, especialmente equipamentos ou materiais de fisioterapia ou correlatos;

9.5.4.2. Declaração de que os produtos atendem às especificações técnicas exigidas, bem como às normas sanitárias e de qualidade aplicáveis;

9.5.4.3. Quando aplicável, comprovação de registro ou regularidade dos produtos junto aos órgãos competentes, como a ANVISA.

9.6. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

9.6.1. Os documentos deverão estar em nome da empresa participante, com número de CNPJ correspondente.

9.6.2. Não serão aceitos documentos com divergência de dados cadastrais, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6.3. A comprovação poderá ser realizada por meio do SICAF, quando aplicável.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável pela Administração, é de **R\$ 28.726,64 (vinte e oito mil, setecentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos.)**, conforme custos unitários constantes na tabela de composição de preços deste Termo de Referência.

10.2. A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado, considerando valores obtidos por meio do Banco de Preços, bem como contratações ou aquisições similares, quando aplicável, nos termos do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. Os valores estimados servirão como limite máximo aceitável, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem valores superiores aos constantes neste Termo de Referência.

10.4. A estimativa de custo levou em consideração a **natureza dos bens a serem adquiridos**, os quantitativos estimados, as especificações técnicas dos equipamentos e insumos, bem como os preços praticados no mercado, visando assegurar a economicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento vigente desta Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA:

Entidade: 04.000 - Fundo Municipal de Saúde de Candeias do Jamari

Unidade Orçamentária: 04.001 – Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA

Programa: Saúde/ Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Categoria Econômica: 10.027- Fortalecimento ao Serviços de Fisioterapia

Projeto/Atividade: 2.066 – Gerir e Coordenar a Secretaria de Saúde – SEMUSA/FMS

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanentes

Fonte/Destinação de Recursos: 2.600.0000.0000 - Transferências do Estado Decorrentes de Emenda Parlamentares Individuais
Ficha: 545

Entidade: 04.000 - Fundo Municipal de Saúde de Candeias do Jamari
Unidade Orçamentária: 04.001 – Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA
Programa: Saúde/ Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Categoria Econômica: 10.027- Incremento e Aprimorar o Serviço de Saúde
Projeto/Atividade: 2.066 – Gerir e Coordenar a Secretaria de Saúde – SEMUSA/FMS
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo
Fonte/Destinação de Recursos: 2.600.0000.0000 - Transferências do governo Federal Estados
Ficha: 541

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência **não são classificadas como sigilosas**, estando disponíveis para consulta nos termos da legislação vigente, em observância aos princípios da transparência e publicidade.

13. ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0000931.05.01-2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº: ____/2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS PERMANENTES E INSUMOS DE FISIOTERAPIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI/RO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA, E A EMPRESA _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Aos ____ dias do mês de _____ de 2026, o **MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI/RO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 1781, Bairro União, Candeias do Jamari/RO, neste ato representada por seu(ua) Secretário(a) Municipal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, **doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa ******, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, na Dispensa de Licitação Eletrônica, no Termo de Referência e no Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **aquisição de equipamentos, materiais permanentes e materiais de consumo/insumos de fisioterapia**, visando atender às necessidades do setor de fisioterapia vinculado à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, no Município de Candeias do Jamari/RO, conforme especificações, quantitativos, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam-se a este contrato, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. o Termo de Referência;
- 1.2.2. o Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.2.3. a proposta da contratada;
- 1.2.4. os demais documentos constantes do processo administrativo.

1.3. O objeto da contratação compreende o fornecimento dos seguintes grupos de itens:



ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR TOTAL
01	Equipamentos e materiais permanentes de fisioterapia, conforme especificações do Termo de Referência	Diversas	Conforme TR	R\$19.328,29
02	Materiais de consumo/insumos de fisioterapia, conforme especificações do Termo de Referência	Diversas	Conforme TR	R\$ 9.398,35

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 28.726,64 (vinte e oito mil, setecentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos.)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato ou da publicação do respectivo extrato, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. A presente contratação refere-se à aquisição de bens, com entrega integral ou parcelada, conforme necessidade da Administração, **não se caracterizando como serviço de natureza continuada.**

2.3. Eventual prorrogação somente poderá ocorrer nas hipóteses legalmente admitidas, mediante justificativa formal da Administração e observância da legislação aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE FORNECIMENTO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O fornecimento dos bens, os prazos, as condições de entrega, o recebimento, a fiscalização e a gestão contratual obedecerão ao disposto neste contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente.

3.2. O fornecimento será realizado mediante emissão de **Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente**, conforme necessidade da Administração.

3.3. O prazo para entrega dos bens será de até **30 (trinta) dias úteis**, contados do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, salvo prazo diverso expressamente definido pela Administração.

3.4. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, situado na Rua Laercio Nobre, nº 281, Bairro Satélite, CEP 76860-000, Candeias do Jamari/RO, ou em outro local previamente indicado pela Administração.

3.5. A entrega deverá ocorrer em dias úteis, em horário de expediente da Administração, preferencialmente mediante prévio agendamento.

3.6. Os bens deverão ser entregues novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, devidamente embalados, acompanhados de nota fiscal, manuais, certificados, termo de garantia e demais documentos técnicos exigidos, quando aplicável.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a necessidade de garantia da qualidade dos bens fornecidos e da responsabilidade integral da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1. O valor total do presente contrato é de **R\$ 28.726,64 (vinte e oito mil, setecentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos.)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao fiel cumprimento do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transporte, frete, carga, descarga, embalagem, garantia, assistência técnica quando aplicável e quaisquer outros custos decorrentes do fornecimento dos bens.

5.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta indicada pela CONTRATADA.

5.4. O pagamento será efetuado em até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme previsto no Termo de Referência.

5.5. Havendo erro na Nota Fiscal, divergência nos bens entregues ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a devida regularização, sem ônus para a CONTRATANTE.

5.6. Serão observadas as retenções tributárias cabíveis, na forma da legislação vigente.

5.7. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado.

5.8. Após esse período, poderá haver reajuste mediante aplicação do índice previsto no Termo de Referência, mediante justificativa e formalização adequada.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 6.1.1. exigir o cumprimento integral do contrato;
- 6.1.2. acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos bens;
- 6.1.3. emitir Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente;
- 6.1.4. receber provisória e definitivamente os bens, quando atendidas as condições estabelecidas;
- 6.1.5. notificar a CONTRATADA sobre falhas, irregularidades, defeitos ou desconformidades verificadas;
- 6.1.6. efetuar o pagamento nas condições pactuadas, após a regular liquidação da despesa;
- 6.1.7. aplicar as sanções cabíveis, quando necessário, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados ao cumprimento do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

- 7.1.1. fornecer os equipamentos, materiais permanentes e insumos de fisioterapia em conformidade com as especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.2. entregar os bens novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, conservação, higiene e segurança;
- 7.1.3. responsabilizar-se por todos os custos de transporte, frete, carga, descarga, embalagem e demais despesas necessárias à entrega dos bens;
- 7.1.4. apresentar nota fiscal devidamente emitida, com descrição compatível com os bens fornecidos;
- 7.1.5. entregar manuais, certificados, termos de garantia e documentos técnicos, quando aplicável;
- 7.1.6. assegurar garantia mínima de **12 (doze) meses** para os equipamentos, ou prazo superior quando previsto pelo fabricante;
- 7.1.7. substituir, às suas expensas, qualquer item entregue com defeito, vício, avaria, prazo de validade incompatível ou em desacordo com as especificações do Termo de Referência;
- 7.1.8. realizar a substituição dos itens recusados no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação formal da Administração;
- 7.1.9. manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 7.1.10. responder por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão relacionada ao fornecimento dos bens;
- 7.1.11. cumprir as normas técnicas, sanitárias, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis ao objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. As partes deverão observar a Lei Federal nº 13.709/2018, no que couber, em relação aos dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução contratual.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Não será exigida garantia de execução contratual.

9.2. A ausência de exigência de garantia contratual não afasta a obrigação da CONTRATADA de fornecer os bens com qualidade, garantia de fábrica, assistência técnica quando aplicável e substituição dos itens defeituosos ou em desconformidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que incorrer em quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. Serão aplicáveis as sanções previstas no Termo de Referência e na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, conforme a natureza e a gravidade da infração.

10.3. A aplicação de qualquer sanção observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.4. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. A extinção contratual não afasta a apuração de responsabilidades nem a aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA/Fundo Municipal de Saúde, conforme disponibilidade orçamentária e classificação da despesa indicada pelo setor contábil.

12.2. Considerando a natureza do objeto, a despesa deverá observar a correta classificação orçamentária, especialmente:

a) Para equipamentos e materiais permanentes:

Elemento de Despesa: **4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente**

Valor estimado: **R\$ 19.328,29**

b) Para materiais de consumo/insumos de fisioterapia:

Elemento de Despesa: **3.3.90.30 – Material de Consumo**

Valor estimado: **R\$ 9.398,35**

12.3. Os demais dados orçamentários, como projeto/atividade, fonte/destinação de recursos, ficha e saldo disponível, deverão ser preenchidos conforme informação da Contabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Termo de Referência e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. A CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato do presente instrumento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir os litígios decorrentes da execução deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Candeias do Jamari/RO, ____ de _____ de 2026.

Secretário(a) Municipal de Saúde
CONTRATANTE

NOME DA EMPRESA

CNPJ nº _____



Representante Legal: _____

CPF nº _____

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por _____, portador(a) do CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, declara que está ciente e concorda, de forma integral e irrestrita, com todas as disposições e obrigações previstas no **Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica nº ____/2026**, no **Termo de Referência**, bem como em todos os seus anexos e documentos constantes do **Processo Administrativo nº 0000931.05.01-2026**.

Declara, ainda, que:

I – possui pleno conhecimento das condições de fornecimento do objeto, comprometendo-se a cumpri-las fielmente;

II – responsabiliza-se pelo fornecimento dos equipamentos, materiais permanentes e materiais de consumo/insumos de fisioterapia, conforme as especificações técnicas, quantitativos, prazos, condições de entrega, garantia e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e nos demais documentos que instruem o processo;

III – compromete-se a fornecer os bens novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, conservação, higiene e segurança, acompanhados de nota fiscal, manuais, certificados, termos de garantia e demais documentos técnicos exigidos, quando aplicável;

IV – compromete-se a substituir, às suas expensas, qualquer item entregue com defeito, avaria, vício, prazo de validade incompatível ou em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo estabelecido pela Administração;

V – compromete-se a manter, durante toda a execução da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

VI – reconhece que a presente contratação poderá ser formalizada por instrumento equivalente ao contrato, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, consistindo em Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, vinculando-se integralmente às condições estabelecidas no processo administrativo;

VII – responsabiliza-se por todos os custos necessários ao fiel cumprimento do objeto, incluindo transporte, frete, carga, descarga, embalagem, tributos, encargos e demais despesas decorrentes do fornecimento dos bens;

VIII – responsabiliza-se, sob as penas da lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados no âmbito da contratação.

Por ser expressão da verdade, firma o presente Termo de Ciência e Concordância.

Candeias do Jamari/RO, ____ de _____ de 2026.



Nome do Representante Legal

CPF: _____

Cargo: _____

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IRGO MENDONCA ALVES

Autoridade competente

ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA

Equipe de apoio





Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IRGO MENDONÇA ALVES**, CPF: 529.05*. **2-*4 em **11/05/2026 09:16:19**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09A7.5816.0197.U56W.6866**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **RICARDO MARTINIANO XIMENES**, CPF: 831.48*. **2-*0 em **11/05/2026 09:06:37**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09E4.6306.437R.E08V.4773**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52*. **2-*5 em **08/05/2026 15:33:25**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **15K1.8H33.325H.4422.7467**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.579.093** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52*. **2-*5, em **08/05/2026 - 15:33:25**

Código de Autenticidade deste Documento: 15H7.4W33.325X.8041.6017

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

